



# CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA ESTADO DE SÃO PAULO

## LEI COMPLEMENTAR Nº 487, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009

### REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Projeto de Lei Complementar nº 181/09, do Prefeito Municipal Silvio Félix da Silva)

Silvio Félix da Silva, **Prefeito Municipal de Limeira**, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### TÍTULO I DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social de Limeira - RPPS, rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

I - universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;

II - caráter democrático e descentralizado de gestão administrativa, com a participação de entidades de classe de servidores ativos e inativos, e pensionistas;

III - inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total;

IV - custeio da previdência social dos servidores públicos municipais do Município de Limeira, mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento do Município e da contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões, garantidores dos benefícios previstos nesta Lei Complementar, a padrões mínimos adequados do Conselho Monetário Nacional;

VI - subordinação da constituição de reservas, fundos e provisões, garantidores dos benefícios previstos nesta Lei Complementar, a critérios atuariais aplicáveis, tendo em vista a natureza dos benefícios;

VII - é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei;

VIII - valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao menor salário mínimo vigente no país;

IX - pleno acesso dos servidores às informações relativas à gestão dos órgãos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

X - registro e controle das contas dos Fundos Garantidores e provisões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de forma distinta e apartada da conta do Tesouro Municipal;

XI - escrituração contábil executada de forma segregada dos registros do Município e observando os procedimentos contábeis e o plano de contas aplicável aos Regimes Próprio de Previdência Social - RPPS.

XII - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os servidores inativos e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

XIII - submissão às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

XIV - as contribuições dos entes estatais do Município de Limeira não poderão ser inferiores ao valor da contribuição do segurado, nem superior ao dobro dessa contribuição;

XV - vedação a utilização dos recursos, bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive aos entes estatais do Município de Limeira e aos servidores públicos municipais, inativos e dependentes, bem como a prestação assistencial, médica e odontológica; e,

XVI - vedação da aplicação de recursos em ativos constituídos em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal.

#### TÍTULO II DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA

##### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 2º Fica reorganizado, nos termos desta Lei Complementar, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Limeira, de que trata o art. 40, da Constituição Federal.

Art. 3º O RPPS do Município de Limeira tem por finalidade assegurar aos servidores municipais titulares de cargos efetivos e seus dependentes, mediante contribuição obrigatória, os meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, reclusão e morte.

## CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes definidos nos arts. 7º e 8º, desta Lei Complementar.

Art. 5º Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;

II - quando afastado ou licenciado, observado o disposto no art. 18;

III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo.

Parágrafo único. O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato, filia-se ao RPPS, pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pelo mandato eletivo.

Art. 6º O servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

### Seção I Dos Segurados

Art. 7º São segurados obrigatórios do RPPS:

I - o servidor público titular de cargo efetivo na Prefeitura do Município de Limeira, na Câmara Municipal, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas; e

II - os servidores municipais aposentados pelos cofres municipais ou pelo RPPS do Município.

§ 1º Ficam excluídos do disposto no **caput** deste artigo os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado; bem como os exercentes de mandatos eletivos, que não sejam titulares de cargo efetivo.

§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração ou demissão.

§ 4º A perda da qualidade de segurado do RPPS não enseja a devolução das contribuições recolhidas ao IPML, assegurada a contagem do tempo de contribuição.

### Seção II Dos Dependentes

Art. 8º São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 anos ou inválido;

II - os pais; e

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica, das pessoas indicadas no inciso I, é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 4º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 9º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, do art. 8º, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 1º O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

§ 2º A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação judicial do casamento;

c) pelo óbito; ou

d) por sentença transitada em julgado.

II - II - para a companheira ou companheiro, quando revogada a sua inscrição pelo segurado, ou pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão de qualquer condição, ao completarem 18 (dezoito) anos de idade, salvo se inválidos, e pela emancipação, ainda que inválido;

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez;

b) pelo falecimento;

c) pela cessação da tutela;

d) pela cessação da dependência econômica e financeira; ou

e) pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem depende.

§ 3º O dependente inválido pensionista está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a perícia médica bianualmente, a cargo do IPML.

### **Seção III Das Inscrições**

Art. 10. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo; devendo apresentar os documentos e informações necessárias ao seu cadastramento.

Art. 11. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

§ 4º O segurado casado não poderá realizar a inscrição de companheira na qualidade de dependente.

### **CAPÍTULO III DO CUSTEIO**

Art. 12. São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

I - contribuição previdenciária do Município;

II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;

III - contribuição previdenciária dos segurados inativos e dos pensionistas;

IV - doações, subvenções e legados; receitas patrimoniais;

V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;

VI - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º, do art. 201, da Constituição Federal; e

VII - demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1º Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o 13º salário, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

~~§ 2º As receitas de que trata este artigo, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime, que será administrado pelo Instituto de Previdência Municipal de Limeira (IPML).~~

§ 2º Além da contribuição prevista no Inciso I, deste artigo, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações Públicas do Município, para observância da recomendação da Avaliação Atuarial elaborada no exercício passado, contribuirá com a alíquota de 14% (catorze por cento) sobre a totalidade das remunerações de contribuição dos servidores ativos, relativas às competências de janeiro a abril de 2011, para a cobertura o déficit previdenciário, e, em razão do novo cálculo atuarial de março de 2011, os entes municipais a que se refere este parágrafo arcarão com uma contribuição complementar de 3% (três por cento) sobre a totalidade das remunerações de contribuição dos servidores em atividade, destinada à cobertura do déficit previdenciário, à partir da competência de maio de 2011 até a nova avaliação atuarial. [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 600, de 2011\)](#)

§ 3º O valor anual da taxa de administração, devida ao IPML, mencionada no parágrafo anterior, será de dois por cento (2%) do valor total da remuneração, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do RPPS, no exercício financeiro anterior.

Art. 13. As contribuições previdenciárias de que trata o art. 12, respectivamente, nos incisos I, II e III, serão de:

~~I — contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas do Município, no valor de 11% (onze por cento) da folha de pagamento dos servidores ativos, inclusive sobre o 13º salário ou demais créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa;~~

~~I — contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas do Município, de 22% (vinte e dois por cento) sobre a totalidade das remunerações de contribuição dos servidores ativos, inclusive sobre o 13º (décimo terceiro) Salário ou demais créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa a partir da competência de maio de 2011; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 599, de 2011)~~

~~I — contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas do Município, de 22% (vinte e dois por cento) sobre a totalidade das remunerações de contribuição dos servidores ativos, inclusive sobre o 13º (décimo terceiro) Salário e sobre créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa, a partir da competência de abril de 2014; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014)~~

I - contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações Públicas do Município, de 22% (vinte e dois por cento) sobre a totalidade das remunerações de contribuições dos servidores ativos, inclusive sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa, a partir da competência de dezembro de 2015; [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

II - contribuição mensal compulsória dos servidores ativos sobre a remuneração de contribuição, inclusive sobre o 13º salário ou demais créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa, no valor de 11% (onze por cento);

III - contribuição mensal compulsória dos aposentados e pensionistas, com percentual igual ao estabelecido para os servidores ativos, incidente sobre os respectivos proventos de aposentadoria e pensões, inclusive sobre o 13º salário ou demais créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de que trata o art. 201, da Constituição Federal.

§ 1º A contribuição prevista neste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo previsto para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de que trata o art. 201, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.

~~§ 2º Além da contribuição prevista no inciso I, deste artigo, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações Públicas do Município, para observância da recomendação da Avaliação Atuarial, elaborada no exercício, contribuirá mensalmente, com 18% (dezoito por cento) do total da folha de pagamento dos servidores ativos, para cobertura do déficit previdenciário, a partir de 1º de janeiro de 2009; até nova Avaliação Atuarial anual.~~

~~§ 2º Além da contribuição prevista no inciso I, deste artigo, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações Públicas do Município, para observância da recomendação da Avaliação Atuarial elaborada no exercício passado, contribuirá com 23% (vinte e três por cento) do total da folha de pagamento dos servidores ativos, aplicada para as competências de janeiro a março de 2010 para a cobertura do déficit previdenciário e para as competências de abril a dezembro de 2010, de acordo com o cálculo atuarial realizado em março de 2010, a contribuição para a cobertura do déficit previdenciário será de 12% (doze por cento), até nova Avaliação Atuarial Anual. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 532, de 2010)~~

~~§ 2º Além da contribuição prevista no inciso I deste artigo, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações Públicas do Município, para observância da recomendação da Avaliação Atuarial, data base de 2011, contribuirão com as seguintes alíquotas suplementares progressivas, sobre a totalidade das remunerações de contribuição dos servidores em atividade, destinada à cobertura do **déficit** previdenciário: (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~I — 5% (cinco por cento) em 2012; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~II — 7% (sete por cento) em 2013; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~III — 9% (nove por cento) em 2014; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~IV — 11% (onze por cento) em 2015; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~V — 13% (treze por cento) de 2016 a 2044; e (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~VI — 0% (zero por cento) de 2045 a 2085. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 645, de 2012)~~

~~§ 2º Além da contribuição prevista no inciso I deste artigo, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações Públicas do Município, para a cobertura do **déficit** previdenciário apurado no novo cálculo atuarial de fevereiro de 2014, arcarão com as seguintes alíquotas de contribuições complementares, calculadas sobre a totalidade remunerações de contribuição dos servidores ativos, inclusive sobre o 13º Salário e sobre os créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa. (Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014)~~

~~I — de 3% (três por cento) nas competências de abril a dezembro do corrente exercício de 2014; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014)~~

~~II — de 6 % (seis por cento) em de 2015; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014)~~

~~III — de 8 % (oito por cento) em de 2016; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014)~~

~~IV — de 12 % (doze por cento) de 2017 a 2030; (Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014)~~

~~V - de 13% (treze por cento) de 2031 a 2044; e~~ [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014\)](#)

~~VI - de 0% (zero por cento) nos exercícios subsequentes a 2044.~~ [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 697, de 2014\)](#)

§ 2º Além da contribuição prevista no inciso I deste artigo, a Prefeitura, a Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações Públicas do Município, para a cobertura do déficit previdenciário apurado no novo cálculo atuarial de maio de 2015, arcarão com as seguintes alíquotas de contribuições complementares, calculadas sobre a totalidade das remunerações de contribuição dos servidores ativos, inclusive sobre o 13º salário e sobre os créditos oriundos de decisão judicial ou administrativa: [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

I - de 6% (seis por cento) em 2016; [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

II - de 7% (sete por cento) em 2017; [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

III - de 8% (oito por cento) em 2018; [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

IV - de 9% (nove por cento) em 2019; [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

V - de 10% (dez por cento) em 2020; [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

VI - de 11% (onze por cento de 2021 a 2044; e, [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

VII - 0% (zero por cento) nos exercícios subsequentes a 2044. [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 746, de 2015\)](#)

§ 3º Entende-se como "remuneração de contribuição" o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou outras vantagens, excluídas:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo;

III - o adicional pela prestação de serviço extraordinário;

IV - o adicional noturno;

V - os adicionais de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;

VI - o adicional de férias;

VII - o salário-família;

VIII - o auxílio-alimentação;

IX - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

X - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

XI - a sucumbência honorária advocatícia;

XII - o abono de permanência de que trata o art. 46, desta Lei Complementar;

XIII - outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 4º O segurado ativo poderá optar pela inclusão, na remuneração de contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão, de função de confiança, ou de outras parcelas temporárias de remuneração, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 24, 25, 26, 27 e 40, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 5º e § 8º do art. 47.

§ 5º O 13º Salário será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 6º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 7º A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições ao RPPS, previstas nos incisos I, II e III do art. 12, desta Lei Complementar, será do dirigente do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração ou do benefício e ocorrerá até o décimo dia subsequente ao da competência, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente, quando não houver expediente bancário no dia dez.

§ 8º O Prefeito do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes das Autarquias e Fundações e os Ordenadores de despesas serão responsabilizados, solidariamente, na forma da Lei, caso o recolhimento das contribuições dos Órgãos sob sua responsabilidade não ocorram na data e condições da presente Lei Complementar.

Art. 14. O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência Social de Limeira.

Art. 15. O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) será encaminhado anualmente ao Ministério da Previdência

Social, no prazo por ele estabelecido.

Art. 16. No caso de cessão de servidores titulares de cargo efetivo do Município de Limeira para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados ou de outro Município, com ônus para o cessionário, inclusive para o exercício de mandato eletivo, será de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, o recolhimento e repasse das contribuições devidas pelo Município de Limeira ao RPPS, conforme inciso I, do art. 12, desta Lei Complementar.

§ 1º O desconto e o repasse da contribuição devida pelo servidor ao RPPS, prevista no inciso II, do art. 12, desta Lei Complementar, serão de responsabilidade:

I - do Município de Limeira, no caso de o pagamento da remuneração do servidor continuar a ser feito na origem; ou

II - do órgão cessionário, na hipótese de a remuneração do servidor ocorrer à conta deste, além da contribuição prevista no **caput**.

§ 2º No termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o órgão cessionário, será prevista a responsabilidade desse pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS, conforme valores informados mensalmente pelo Município.

Art. 17. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo, sem recebimento de remuneração pelo Município (Prefeitura, Câmara Municipal, Autarquias e Fundações), somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições de que tratam os incisos I e II, do art. 12, da presente Lei Complementar; referente as contribuições do Ente, como as do servidor.

§ 1º A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo na concessão de aposentadoria.

§ 2º A contribuição a que se refere o **caput** será recolhida diretamente pelo servidor, observado o disposto nos art. 18 e 19.

Art. 18. Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 5º, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo de que o servidor é titular, conforme previsto no art. 13, desta Lei Complementar.

§ 1º Nos casos de que trata o **caput**, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia quinze (15) do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente, quando não houver expediente bancário no dia quinze.

§ 2º Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o **caput**, deste artigo, ocorrerá no mês subsequente.

Art. 19. A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita aos acréscimos legais aplicáveis aos tributos municipais.

Art. 20. Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

## **Seção I**

### **Das Folhas de Pagamento e dos Recolhimentos**

Art. 21. As folhas de pagamento dos segurados ativos, segurados inativos e pensionistas vinculados ao RPPS, elaboradas mensalmente, deverão ser:

I - distintas das folhas dos servidores enquadrados como segurados obrigatórios do RGPS;

II - agrupadas por segurados ativos, inativos e pensionistas;

III - discriminadas por nome dos segurados, matrícula, cargo ou função;

IV - identificadas com os seguintes valores:

a) da remuneração bruta;

b) das parcelas integrantes da base de cálculo;

c) da contribuição descontada da remuneração dos servidores ativos e dos benefícios, inclusive de responsabilidade do RPPS pagos pelo ente.

§ 1º Deverá ser elaborado resumo consolidado contendo os somatórios dos valores relacionados no inciso IV, acrescido da informação do valor da contribuição do ente federativo e do número dos segurados.

§ 2º As folhas de pagamento elaboradas pelo ente deverão ser disponibilizadas à unidade gestora para controle e acompanhamento das contribuições devidas ao RPPS.

Art. 22. O repasse das contribuições devidas à unidade gestora do RPPS deverá ser feito por documento próprio, contendo as seguintes informações:

I - identificação da entidade responsável pelo recolhimento, competência a que se refere, base de cálculo da contribuição recolhida, contribuição dos segurados, contribuição da entidade, outros repasses, tais como aportes ou cobertura de insuficiência financeira, deduções de benefícios pagos diretamente, e se repassadas em atraso, os acréscimos; e

II - comprovação da autenticação bancária, recibo de depósito ou recibo da unidade gestora.

§ 1º Em caso de parcelamento deverá ser utilizado documento distinto para o recolhimento, identificando o termo de acordo, o número da parcela e a data de vencimento.

~~§ 2º O parcelamento de dívidas previdenciárias abrangerá exclusivamente as contribuições patronais, não poderá ter prazo superior a 60 (sessenta) meses consecutivos e não poderá corresponder a mais de 04 (quatro) parcelas por competência em atraso.~~

§ 2º O parcelamento de dívidas previdenciárias abrangerá exclusivamente as contribuições patronais e não poderá ter prazo superior a 120 (cento e vinte) meses consecutivos. [\(Redação dada pela Lei Complementar Nº 819, de 2018\)](#)

§ 3º O pagamento da dívida previdenciária parcelada deverá ser feito com os mesmos acréscimos a que se refere o art. 19 desta Lei Complementar.

§ 4º Fica autorizado o reparcelamento de dívidas previdenciárias, provenientes de Acordos de Parcelamentos existentes. [\(Incluído pela Lei Complementar Nº 819, de 2018\)](#)

#### CAPÍTULO IV DO PLANO DOS BENEFÍCIOS

Art. 23. O RPPS compreende os seguintes benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;
- e) aposentadoria especial;
- f) salário-família.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte; e
- b) auxílio-reclusão.

#### **Seção I** **Da Aposentadoria por Invalidez**

Art. 24. A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado que, em exame médico-pericial, for considerado definitiva e totalmente incapaz para o exercício das funções de seu cargo e para o serviço público em geral, não sendo possível a sua readaptação em outras funções, ou a sua reabilitação para voltar a exercê-las, em decorrência de doença comum, acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável.

§ 1º A aposentadoria por invalidez permanente será concedida de ofício ou a requerimento do servidor.

§ 2º Os proventos da aposentadoria serão pagos ao segurado enquanto o mesmo permanecer incapacitado para o trabalho, em decorrência das situações a que se refere o artigo anterior.

§ 3º A aposentadoria por invalidez independe de prévia concessão de licença remunerada para tratamento de saúde ou auxílio-doença.

§ 4º Quando o segurado estiver em licença para tratamento de saúde ou em gozo de auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez só poderá ser concedida se a perícia médica do RPPS, a cargo de junta médica de 3 (três) profissionais, concluir, com segurança, que há incapacidade total e permanente do servidor para retomar ao serviço ativo e que é impossível a sua readaptação, reabilitação ou recuperação.

§ 5º O servidor que não estiver em condições de reassumir plenamente todas as atribuições de seu cargo, mas não estiver incapacitado definitivamente para o serviço público, poderá retomar ao exercício de seu cargo com restrições ou ser readaptado para exercer funções compatíveis com a sua capacidade física e mental.

§ 6º O lapso compreendido entre a data de término da licença ou do auxílio-doença e a data de publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença para tratamento de saúde ou do auxílio-doença.

§ 7º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Próprio de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 8º O aposentado por invalidez, enquanto não completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico bianualmente, a cargo do RPPS de Limeira, exame esse que será realizado na residência do beneficiário quando ele não puder se locomover.

§ 9º Os proventos da aposentadoria por invalidez permanente serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável.

§ 10 As doenças graves, contagiosas ou incuráveis, serão previstas em lei ordinária.

§ 11 Os proventos serão calculados na forma do art. 47 e seus parágrafos, respeitados os valores mínimos e máximos previstos nesses dispositivos.

§ 12 O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 13 A aposentadoria por invalidez será cancelada quando se comprovar que o aposentado voltou a trabalhar, exercendo atividade remunerada ou não, hipótese em que este será obrigado a restituir as importâncias indevidamente recebidas a título de aposentadoria, a partir da data em que voltou ao trabalho.

§ 14 Em caso de recuperação do aposentado por invalidez, o benefício será revogado se a recuperação tiver ocorrido antes de o funcionário ter completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

§ 15 Se houver a recuperação total do aposentado, a entidade estatal à qual ele estava vinculado se obriga a revertê-lo ao serviço ativo na mesma data da revogação do benefício.

§ 16 Se houver a recuperação parcial do aposentado e for possível o seu retorno ao trabalho para desempenhar as atribuições de seu cargo com restrições ou exercer outras atribuições no serviço público municipal mais compatíveis com a sua capacidade laboral, a critério da perícia médica, mediante processo de readaptação, a entidade estatal se obriga a revertê-lo ao serviço ativo e promover a sua readaptação.

§ 17 Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo que se relacione, direta ou indiretamente, com suas atribuições provocando lesão corporal e ou mental que cause a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 18 Equipara-se a acidente em serviço:

I - o acidente ligado ao serviço tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de:

- a) ato de agressão por companheiro de serviço ou terceiro, não provocado pelo segurado, no exercício do cargo;
- b) ato de sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- c) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- d) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- e) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- f) desabamento, inundação, incêndio e/ou outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço;

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo, quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação de seus servidores, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 19 Nos períodos destinados à refeição ou descanso o servidor é considerado no exercício do cargo.

## **Seção II**

### **Da Aposentadoria Compulsória**

Art. 25. O segurado será aposentado, compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 47.

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço público municipal.

## **Seção III**

### **Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição**

Art. 26. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária, por idade e tempo de contribuição, com proventos calculados na forma prevista no art. 47, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - tempo mínimo de dez (10) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal; e
- II - tempo mínimo de cinco (5) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III - sessenta (60) anos de idade e trinta e cinco (35) anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco (55) anos de idade e



trinta (30) anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição, previstos neste artigo, serão reduzidos em cinco (05) anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula, exceto as atividades de direção de escola, coordenação ou assessoramento pedagógico que sejam exercidas por professor.

Art. 26-A. Os integrantes da Guarda Civil Municipal serão aposentados, de forma voluntária, nos termos do art. 40, § 4º, incisos II e III da Constituição Federativa do Brasil, sem limite de idade, com proventos integrais, desde que comprovem: [\(Incluído pela Lei Complementar Nº 760, de 2016\)](#)

I - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, contando com pelo menos 15 (quinze) anos de efetivo exercício em cargo da carreira de Guarda Civil Municipal, para mulher; [\(Incluído pela Lei Complementar Nº 760, de 2016\)](#)

II - 30 (trinta) anos de contribuição, contando com pelo menos 20 (vinte) anos de efetivo exercício em cargo da Carreira de Guarda Civil Municipal, para homem. [\(Incluído pela Lei Complementar Nº 760, de 2016\)](#)

#### **Seção IV** **Da Aposentadoria Voluntária por Idade**

Art. 27. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 47 desta Lei Complementar, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez (10) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - tempo mínimo de cinco (05) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta e cinco (65) anos de idade, se homem, e sessenta (60) anos de idade, se mulher.

#### **Seção V** **Do Salário-Família**

Art. 28. O salário família será devido, mensalmente, ao segurado inativo ou pensionista, nas mesmas bases e nos exatos valores estabelecidos para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, menores de quatorze anos ou inválidos, não sendo incorporável aos vencimentos ou a qualquer outro benefício.

§ 1º Quando o pai e a mãe forem participantes, ambos perceberão o benefício.

§ 2º O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados, com sessenta e cinco (65) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou sessenta (60) anos ou mais, se do sexo feminino, terão direito ao salário família, pago juntamente com a aposentadoria.

§ 3º Caso os pais sejam divorciados ou separados, de fato ou de direito, e não coabitem, as cotas do salário família a eles devidas serão concedidas e pagas àquele que tiver os filhos e/ou equiparados sob sua guarda, desde que comprovada esta condição.

§ 4º Em caso de abandono legalmente caracterizado ou, ainda, perda do pátrio poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor ou inválido ou à pessoa indicada em decisão judicial.

Art. 29. O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola, do filho ou equiparado.

§ 1º Se o participante não apresentar o atestado de vacinação obrigatória e a comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado nas datas definidas pelo IPML, o benefício do salário-família será suspenso até que a documentação seja apresentada.

§ 2º Não é devido o salário-família no período entre a suspensão do benefício motivada pela falta de comprovação da frequência escolar e o seu reativamento, salvo se provada a frequência escolar regular no período.

§ 3º A comprovação de frequência escolar será feita mediante apresentação de documento emitido pela escola, na forma de legislação própria, em nome do aluno, onde conste o registro de frequência regular ou de atestado do estabelecimento de ensino comprovando a regularidade da matrícula e a frequência escolar do aluno.

§ 4º A invalidez do filho ou equiparado, maior de quatorze anos de idade, deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do IPML.

Art. 30. O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário; ou

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.

Art. 31. Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o participante deve firmar termo de responsabilidade comprometendo-se comunicar ao IPML qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao benefício, ficando sujeito, em caso de não cumprimento, às sanções penais e administrativas consequentes.

Parágrafo único. A falta de comunicação oportuna do fato que implique cessação do salário-família, bem como a prática, pelo participante, de fraude de qualquer natureza para o seu recebimento, autoriza o IPML a descontar dos pagamentos de cotas devidas com relação a outros filhos ou, na falta delas, da renda mensal do seu benefício, o valor das cotas indevidamente recebidas.

## **Seção VI**

### **Da Pensão por Morte**

Art. 32. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes enumerados nos arts. 8º e 9º e seus parágrafos, do segurado que falecer, aposentado ou em atividade, comprovada a permanente dependência econômica ou o vínculo, quando exigidos.

§ 1º A pensão por morte não será devida:

I - quando a relação de dependência for obtida fraudulentamente, com o único objetivo de lesar o RPPS do Município; e

II - quando o dependente for condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

§ 2º A condição legal de dependente, para fins de concessão do benefício, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica ou do vínculo conjugal.

Art. 33. A concessão do benefício de pensão por morte em favor dos dependentes do segurado será equivalente:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração de contribuição do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 1º Na hipótese de cálculo de pensão oriunda de falecimento do servidor na atividade, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, função de confiança, de cargo em comissão, de outras parcelas de natureza temporária ou do abono de permanência de que trata o art. 46, bem como a previsão de incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício, ainda que mediante regras específicas.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente.

§ 3º Em caso de falecimento de segurado em exercício de cargos acumuláveis ou que acumulava proventos ou remuneração com proventos decorrentes de cargos acumuláveis, o cálculo da pensão será feito individualmente, por cargo ou provento, conforme incisos I e II **caput** deste artigo.

Art. 34. O benefício da pensão por morte será devido a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo.

§ 2º O direito à pensão por morte cessa pela perda da qualidade de dependente ou pela morte do pensionista.

§ 3º Será admitido o recebimento, pelo dependente de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, hipótese em que se permitirá a percepção de uma única pensão, ressalvado o direito de opção do dependente pela mais vantajosa.

Art. 35. Havendo mais de um pensionista, a pensão por morte será rateada entre todos, em partes iguais, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º O cônjuge, o ex-cônjuge, o companheiro e a companheira do segurado falecido perceberão, no rateio da pensão, uma parte equivalente ao dobro do que receber cada filho do segurado.

§ 2º A cota do pensionista na pensão concedida se extingue por ocasião da perda da sua qualidade de dependente, não revertendo em favor das cotas dos pensionistas remanescentes.

§ 3º A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 36. A pensão por morte será devida ao dependente inválido se for comprovada, pela perícia médica, a existência de invalidez na data do óbito do segurado.

§ 1º O pensionista inválido está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico bianualmente a cargo do RPPS do Município, a processo de reabilitação profissional por ele prescrito e custeado e a tratamento dispensado gratuitamente.

§ 2º O dependente menor de idade que se invalidar antes de completar 18 (dezoito) anos deverá ser submetido a exame médico-pericial, não se extinguindo a respectiva cota se confirmada a invalidez.

Art. 37. O cônjuge ausente somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica, não excluindo do direito a companheira ou companheiro.

§ 1º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão alimentícia, receberá a pensão em igualdade de condições com os demais dependentes referidos no inciso I do art. 8º.

§ 2º O novo casamento do cônjuge divorciado, com direito a pensão alimentícia, não extingue a pensão por morte que lhe tenha sido concedida.

Art. 38. A pensão poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte presumida:

I - mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão; ou

II - em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil; ou

III - a partir do 6º mês da declaração da morte presumida pela autoridade judicial competente.

§ 1º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo se comprovada má-fé dos dependentes.

§ 2º O beneficiário da pensão provisória de que trata este artigo deverá declarar, anualmente, que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao órgão gestor do RPPS (IPML) o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente.

## **Seção VII**

### **Do Auxílio-Reclusão**

Art. 39. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão, cuja remuneração de contribuição seja igual ou inferior às mesmas bases estabelecidas para a concessão desse benefício ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e corresponderá à última remuneração do segurado no cargo efetivo ou subsídio do servidor recluso, observado o valor definido como baixa renda.

§ 1º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais, entre os dependentes do segurado.

§ 2º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber sua remuneração, dos cofres públicos.

§ 3º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício somente será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 4º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado, pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, devendo ser este documento renovado trimestralmente.

§ 5º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao RPPS, pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 6º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 7º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

## **CAPÍTULO V**

### **DO 13º SALÁRIO**

Art. 40. O 13º salário será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, pagos pelo RPPS, por meio do Instituto de Previdência Municipal de Limeira (IPML).

Parágrafo único. O 13º salário de que trata o **caput** será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, e em que cada mês corresponderá a um doze avos (1/12), e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto se o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será aquele do mês da cessação.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS REGRAS DE TRANSCRIÇÃO**

Art. 41. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 26 e seu § 1º, ao segurado do RPPS que tiver ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica ou fundacional até 15 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentadoria com proventos calculados de acordo com o art. 47, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três (53) anos de idade, se homem, e quarenta e oito (48) anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco (05) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco (35) anos, se homem, e trinta (30)anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento (20%) do tempo que, na data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a", deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que cumpriras exigências para aposentadoria na forma do **caput**, terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado, em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 25 e § 1º, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento (3,5%), para aquele que completou as exigências para aposentadoria na forma do **caput**, até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento (5%), para aquele as exigências para aposentadoria na forma do **caput**, a partir de 1º de janeiro de 2006, ou vier a completá-las.

§ 2º O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-sena forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda, contado com o acréscimo de dezessete por cento (17%), se homem, e de vinte por cento (20%), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 48.

§ 4º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no **caput**, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 25.

Art. 42. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 26 e seu § 1º, ou pelas regras estabelecidas pelo art. 41, o segurado do RPPS que tiver ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se dera aposentadoria, na forma desta Lei Complementar, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º, do art. 26, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta (60) anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco (55) anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco (35) anos de contribuição, se homem, e trinta (30) anos de contribuição, se mulher;

III - vinte (20) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - dez (10) anos de carreira e cinco (05) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º Os proventos das aposentadorias ou pensões,concedidos conforme este artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data,sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no **caput**, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 43. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 26 e seu § 1º, ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 41 e 42 desta Lei Complementar, o servidor, que tenha ingressado no serviço público até 15 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco (35) anos de contribuição, se homem, e trinta (30) anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco (25) anos de efetivo no serviço público, quinze (15) anos de carreira e cinco (05) anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante relativamente aos limites de idade do inciso III do art. 26, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I, do **caput** deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 45, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 44. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no **caput**, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição, já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 45. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS, em fruição em

31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 44, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

## CAPÍTULO VII DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 46. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 26 e seu § 1º, e no art. 41, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, contidas no art. 25.

§ 1º O abono previsto no **caput** será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 47, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco (25) anos de tempo de contribuição, se mulher, ou trinta (30) anos, se homem.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade da Prefeitura, de suas Autarquias e Fundações e da Câmara Municipal, e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, conforme disposto no **caput** e § 1º deste artigo, mediante opção pela permanência em atividade.

§ 4º O pagamento do abono de permanência dependerá de comprovação, através de certidão expedida pelo RPPS do Município, de que o servidor cumpriu as exigências para a aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

## CAPÍTULO VIII DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 47. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos art. 24, 25, 26, 27 e 41 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor, aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento (80%) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994, em que não tenha havido contribuição para o RPPS, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo; ou

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuições, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 6º As maiores remunerações de que trata o **caput** serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§ 7º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 8º Os proventos, calculados de acordo com o **caput**, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto no art. 49.

§ 9º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, sobre os quais haja incidência de contribuição, respeitadas as disposições do art. 13 e seus parágrafos, desta Lei Complementar.

§ 10 Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III, do art. 26, não se aplicando a redução de que trata o § 1º, do mesmo artigo.

§ 11 A fração de que trata o **caput** será aplicada sobre o valor dos proventos calculados conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 12 Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

§ 13 Nenhum benefício previdenciário será inferior ao salário mínimo nacional e nem superior aos subsídios do Prefeito.

§ 14 Os proventos da aposentadoria por invalidez permanente terão por limite mínimo o valor correspondente a 30% (trinta por cento) da remuneração de contribuição do servidor.

Art. 48. É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários, anualmente, na mesma época em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com base na variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos 12 (doze) meses anteriores.

§ 1º Para efeitos deste artigo, sob pena de responsabilidade, qualquer modificação na remuneração dos segurados em atividade, bem como nos planos de carreiras respectivos, para sua eficácia, deverá ser precedida de estudo atuarial para a necessária compatibilização das modificações com os respectivos planos de custeio.

§ 2º No primeiro reajustamento dos benefícios, o índice será aplicado de forma proporcional entre a data da concessão e a data do reajustamento.

Art. 49. No cálculo dos proventos do segurado que, no exercício de seu cargo, tenham cumprido diferentes jornadas de trabalho, observar-se-á o seguinte:

I - o docente do quadro do magistério cujos vencimentos correspondam à hora-aula, terá os proventos calculados com base na média mensal do número de horas-aula prestadas ao Município nos cento e vinte (120) meses anteriores àquele em que lhe for concedido o benefício de aposentadoria, ou a partir do seu ingresso, caso este tenha ocorrido há menos de dez (dez) anos;

II - o disposto no inciso anterior se aplica ao funcionário cujos vencimentos correspondam a hora de trabalho ou a plantão;

III - o cálculo dos proventos do funcionário que tenha cumprido jornada de trabalho inferior à jornada normal nos dez (10) anos anteriores à data da concessão do benefício, levará em conta a média da jornada do funcionário nos cento e vinte (120) meses anteriores a essa data, ou a partir do seu ingresso, caso este tenha ocorrido há menos de dez (10) anos;

IV - quanto o professor tiver cumprido carga suplementar de trabalho ou tiver cumprido jornadas de trabalho diferentes nos dez (10) anos anteriores à data da concessão do benefício, o cálculo dos proventos será feito de acordo com a média de sua jornada de trabalho nesses últimos cento e vinte (120) meses, ou a partir do seu ingresso, caso este tenha ocorrido há menos de dez (10) anos, ressalvado o direito de opção do professor de que essa média abranja toda a sua carreira de docente.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 50. É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 46, ressalvado as hipóteses previstas no § 4º do art. 13

Art. 51. Ressalvado o disposto nos arts. 24 e 25, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 52. A vedação prevista no § 10 do art. 37 da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 15 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40, da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11, deste mesmo artigo.

Art. 53. Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 54. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, incluídas suas autarquias e fundações, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 55. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção demais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 56. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, todo e qualquer direito ou ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 57. Com exceção do previsto no § 12 do art. 24, qualquer dos benefícios previstos nesta Lei Complementar será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência, na forma da lei civil;

II - moléstia contagiosa; ou

III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, podendo ser renovado.

Art. 58. O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta

deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na formada lei.

Art. 59. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - a contribuição prevista nos incisos II e III, do art. 12;

II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;

III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;

IV - o imposto de renda retido na fonte;

V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial;

VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários, desde que aceitos pelo Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, órgão gestor do RPPS.

Art. 60. Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e nas hipóteses dos arts. 28 e seguintes, nenhum benefício previsto nesta Lei Complementar terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 61. Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pelo RPPS, ressalvadas as aposentadorias previstas nos as. 26, 27, 41, 42 e 43, que observarão os prazos mínimos previstos naqueles artigos.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no **caput**, considera-se:

I - tempo de efetivo exercício no serviço público, o tempo de exercício de cargo ou emprego público, ainda que descontínuo, na administração direta, autárquica fundacional e da Câmara Municipal do Município de Limeira e de outros municípios, e de quaisquer poderes dos Estados ou da União;

II - tempo de carreira, o tempo cumprido em emprego, função ou cargo público de natureza não efetiva, até 15 de dezembro de 1998;

III - tempo no cargo, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria, contado a partir de sua vinculação ao regime próprio de previdência social.

§ 1º O tempo de carreira deve ser cumprido exclusivamente no exercício do cargo efetivo no Município de Limeira.

§ 2º Quando o cargo não estiver inserido em plano de carreira, o tempo de carreira corresponderá ao exercício do último cargo no qual sedará a aposentadoria.

Art. 62. Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e serão promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 63. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei Complementar com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.

## CAPÍTULO X DOS REGISTROS FINANCEIRO E CONTÁBIL

Art. 64. O RPPS observará as normas de contabilidade específicas fixadas pelo órgão competente da União.

Parágrafo único. A escrituração contábil do RPPS será distinta da mantida pelo Tesouro Municipal.

Art. 65. O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, os documentos e informações relacionados ao RPPS, nos prazos ena forma por ele definidos.

Art. 66. Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterà as seguintes informações:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição do segurado; e

V - valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, relativas ao exercício financeiro anterior, além de outras informações e documentos inerentes ao registro Financeiro e Contábil do Regime Próprio de Previdência Social, para os quais o requerente possua interesse e legitimidade.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

## CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 67. Esta Lei Complementar será regulamentada por resoluções do Diretor Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira (IPML) de que trata a [Lei Complementar nº 400, de 29 de novembro de 2007](#).

Parágrafo único. As resoluções que regulamentarem esta Lei Complementar serão submetidas à previa aprovação do Conselho de Administração do IPML.

Art. 68. Os Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão anualmente ao órgão gestor do RPPS relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações e contribuições respectivas.

Art. 69. Até que a Lei Complementar a que se refere o § 4º, do art. 40, da Constituição Federal, seja publicada, fica vedada a concessão de aposentadoria especial.

Art. 70. Fica extinto o Fundo de Previdência Social de Limeira criado pela [Lei Complementar nº 277, de 1º de julho de 2002](#):

Art. 71. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, a Seção única, do Capítulo III, do Título II, da [Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991](#) e alterações posteriores; a Subseção VII, da Seção II, do Capítulo IV, do Título II, da [Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991](#); os arts. [207](#), [208](#) e [224](#), do Título IV, da [Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991](#), a [Lei Municipal nº 2.761, de 7 de outubro de 1996](#), a [Lei Complementar nº 158, de 13 de fevereiro de 1996](#); parágrafo único do art. 53 da [Lei Complementar nº 207 de 29 de março de 1999](#); a [Lei Complementar nº 277, de 1º de julho de 2002](#), e os arts. [87](#) e [88](#), inclusive seus incisos e parágrafos, da [Lei Complementar nº 461, de 2 de junho de 2009](#).

Art. 71. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, notadamente às previstas na Seção Única, do Capítulo III, do Título II, da [Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991](#) e alterações posteriores, Subseção VII, da Seção II, do Capítulo IV, do Título II, da [Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991](#), os art. [207](#), [208](#) e [224](#), do Título IV, da [Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991](#), a Lei 2.761, de 07 de outubro de 1996, a [Lei Complementar nº 158, de 13 de fevereiro de 1996](#), parágrafo único do art. 53 da [Lei Complementar nº 207 de 29 de março de 1999](#), [Lei Complementar nº 277, de 1 de julho de 2002](#), e os arts. [87](#) e [88](#), inclusive seus incisos e parágrafos, da [Lei Complementar nº 461, de 2 de junho de 2009](#). (Redação dada pela Lei Complementar Nº 552, de 2010)

Art. 72. Esta Lei Complementar entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 73. As contribuições de que trata o art. 22 da [Lei Municipal nº 277, de 1º de julho de 2002](#), alterado pela [Lei Complementar nº 349, de 12 de agosto de 2005](#); pela [Lei Complementar nº 372, de 15 de dezembro de 2006](#); pela [Lei Complementar nº 404, de 19 de dezembro de 2007](#); pela [Lei Complementar nº 430, de 24 de junho de 2008](#); pela [Lei Complementar nº 444, de 14 de janeiro de 2009](#) e pela [Lei Complementar nº 449, de 3 de fevereiro de 2009](#); ficam mantidas até o início do recolhimento das contribuições a que se referem o art. 13 desta Lei Complementar.

Paço Municipal de Limeira, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove.

Silvio Félix da Silva  
Prefeito Municipal

Publicada no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove.

Vilma Daniela Lopes  
Secretária Executiva do Prefeito

\* Este texto não substitui a publicação oficial.